

Na terceira margem do rio

uma entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Jr.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior é doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas e professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, além de colaborador da Universidade Federal de Pernambuco e atual presidente da Associação Nacional de História (Anpuh). Publicou diversos livros, como o clássico *A invenção do Nordeste e outras artes* e o mais recente *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*.

Entrevista concedida por correio eletrônico a Rafael Portela em março de 2010, a partir de roteiro elaborado por Igor de Carvalho Gonçalves da Costa e Rafael Portela.

Gostaríamos que começasse nos contando um pouco da sua trajetória acadêmica, sobre como se deram suas aproximações e afastamentos das correntes teórico-metodológicas da historiografia e quais são as inquietações e preocupações que norteiam sua pesquisa na atualidade.

Fiz minha formação inicial no campo da História frequentando o curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Regional do Nordeste, hoje Universidade Estadual da Paraíba, com sede em Campina Grande. Foram três anos e meio, em que cursei cerca de quarenta e oito disciplinas, ao mesmo tempo em que, desde o segundo semestre do curso, ministrava aulas em vários colégios para alunos do ensino fundamental e médio. Posso dizer que tive uma formação marcada tanto por leituras positivistas, como por leituras marxistas da história. Os professores e professoras que maior influência exerceram sobre mim, como a professora Martha Lúcia Ribeiro, que fora minha professora de História no ensino médio e me fizera apaixonar pela disciplina e querer nela me especializar, a professora Josefa Gomes de Almeida e Silva, a professora Eliete Queiroz Gurjão e o professor Waldomiro Cavalcanti tinham o materialismo histórico, nas suas diferentes leituras, como pressuposto das análises que faziam do passado e do ensino que nos ministravam. Vivíamos os anos finais da ditadura militar, pois cursei a graduação entre os anos de 1979 e 1982, não dispúnhamos de uma boa biblioteca e muito menos de muitos títulos inspirados no pensamento marxista. Fiz toda a graduação sem conseguir ler o próprio Marx, pois seus livros não circulavam ou meus professores ainda temiam o seu uso. Grande parte das disciplinas de História do Brasil foi ministrada a partir de uma bibliografia cuja publicação datava dos anos cinquenta e sessenta, anos que antecederam ao golpe militar, quando não eram de décadas ainda mais recuadas, a maioria dela escrita por economistas, cientistas sociais ou historiadores sem a formação no ofício. Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Leôncio Basbaum, Alberto Passos Guimarães, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Maria Silvia de Carvalho Franco, Francisco Wefort, Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Victor Nunes Leal, Raimundo Faoro, Rui Facó, Maria Isaura Pereira de Queiroz se somavam a historiadores que começaram a ser republicados nos anos oitenta, como Edgar Carone, Fernando Novaes, Emília Viotti da Costa, Carlos Guilherme Motta, Boris Fausto que, num esforço de meus professores em se manterem atualizados, foram sendo adotados em seus cursos. A ausência de Sérgio

Buarque de Holanda e o veto explícito à leitura de Gilberto Freyre também marcaram minha formação. Lembro-me do impacto que foi para mim o contato com o que seria a primeira obra da nova historiografia brasileira, como sempre trazida pela atenta e inovadora Martha Lúcia, o livro de Edgar de Decca, *O silêncio dos vencidos*. Obra que vim descobrir bem mais tarde e me propiciou o primeiro contato com a forma de ver e praticar a História de Michel Foucault, já presente neste livro, embora nunca tenha sido nele explicitada. Essa formação, aliada a toda movimentação política trazida pelo processo de abertura, a militância no movimento estudantil, a leitura da imprensa alternativa que circulava na época, a participação na criação do Partido dos Trabalhadores, foi decisiva para que tivesse uma formação marcada pelo pensamento marxista, me distanciando, progressivamente, da formação cristã e católica que tivera em minha família.

Quando concluí a graduação, sob a incredulidade de minha família, notadamente daqueles que viviam em São Paulo, resolvi cursar o mestrado na Universidade Estadual de Campinas, ainda sob o impacto da leitura do livro de Edgar de Decca e de outros historiadores que fizeram pós-graduação naquela universidade ou nela ensinavam como: Margareth Rago, Amnéris Maroni, Cristina Heblin, Maria Stella Brescianni, Alcir Lenharo, Maria Clementina Pereira da Cunha. A Unicamp, que ainda hoje é uma universidade que produz uma historiografia de grande qualidade, foi decisiva em minha formação e em minha vida. Ali conheci grandes intelectuais e grandes amigos, ali conheci novas maneiras de escrever e de abordar a História. Ali, nas aulas do professor Hector Bruit, vim finalmente a ler a obra de Marx, a ler todo *O capital*. Nas aulas do professor Ítalo Tronca conheci, ainda através de fotocópias bastante apagadas, a obra de Edward Palmer Thompson, que ainda não haviam sido traduzidas no país e a obra de Michel Foucault, que me atraiu imediatamente, pela beleza do estilo, pelo inusitado dos temas que tratava, pela forma desconcertante como desmontava as nossas mais arraigadas certezas, pela erudição com que tratava cada tema, pela forma nova de praticar o ofício de historiador. Quanta distância daquela historiografia que havia lido na graduação com sua linguagem influenciada pela economia e pelas ciências sociais, marcada pelo economicismo, pelo estruturalismo e por esquemas de explicação previamente elaborados. Sob o impacto dessas leituras, abandonei o projeto com o qual havia entrado no Programa, que se propunha a estudar dois conflitos pela terra, ocorridos no início dos anos oitenta na Paraíba e resolvi interrogar porque toda a literatura da seca afirmava que a seca de 1877 a 1879 teria sido “a grande seca”, que a partir daí teria se tornado um fenômeno de dimensões nacionais,

dando origem à chamada “indústria da seca”. Influenciado pela arqueogenealogia foucaultiana me propus a mapear os enunciados, os temas, as estratégias e os conceitos que deram forma ao “discurso da seca”, que conseguiu tornar esse fenômeno climático um “problema nacional”, no final do século XIX.

O curso de doutorado, também cursado na Unicamp, entre os anos de 1990 e 1994, me proporcionou o encontro em sala de aula daqueles que haviam me levado a optar por cursar pós-graduação nessa universidade: durante dois semestres fiz cursos inspiradíssimos com os professores Edgar de Decca, Margareth Rago e Alcir Lenharo, que veio a assumir a orientação da minha Tese, pelo fato do professor Robert Slenes, que havia me acolhido como seu orientando desde que, no mestrado, chegou àquela instituição, ter viajado. No decurso da pesquisa para a dissertação, emergiu o tema que vim a tratar na tese, percebi que a designação “nordeste”, para denominar uma dada área do país, só vai emergir por volta dos anos dez do século XX. Inspirado ainda por Michel Foucault, mas também por Roger Chartier e Gilles Deleuze, escrevi a tese que viria a se transformar no livro *A invenção do nordeste e outras artes*.

Há aproximadamente dez anos, **Ciro Cardoso** escreveu o artigo de bastante repercussão, *História e paradigmas rivais*, defendendo que estamos vivendo uma disputa entre as concepções que ele denominou como iluminista e pós-moderna, ancoradas em correntes filosóficas racionalistas de um lado, e semi-racionalistas ou irracionais do outro. Por outro lado, na introdução do livro *História: a arte de inventar o passado*, você caracteriza como “um tanto artificial (...) a divisão entre história social e a história cultural, (...) ou a dita oposição entre racionalistas e irracionais”. Para você, este embate existe ou não e de que se trata afinal?

Pertencço a uma tradição teórica e filosófica que, na contemporaneidade, põe em questão e tenta superar as famosas dicotomias, as categorias antitéticas, os pares de opostos que dividiram o pensamento metafísico ocidental. Essas dicotomias maniqueístas são típicas de formas de pensamento que tiveram como lastro, por um lado, a metafísica aristotélica-platônica e, por outro, o pensamento judaico-cristão. Advogo que precisamos aprender a pensar o terceiro termo, o chamado terceiro excluído, a que Guimarães Rosa deu lugar na bela imagem da terceira margem do rio, este lugar do meio, do entre, este

lugar da relação entre aqueles polos que parecem opostos. Creio que precisamos superar o comodismo de pensar por oposição e divisão, por antagonismos binários, criando artificialmente campos separados, que não mantêm relações entre si e não se deixam atravessar pelo outro. Esse tipo de pensamento tende a levar à exclusão e a ver o outro como o inimigo a ser exterminado, por não ter nenhuma parte comigo, por ser o absolutamente estranho. Creio que política e eticamente este tipo de lógica tende a levar à intolerância e ao desrespeito àquele visto como inimigo. Pensar o terceiro termo, pensar o que se passa entre, no meio, pensar as misturas, as aproximações, as contaminações do que parece apartado, distante e disjunto é estar atento para o quanto do outro forma a mim e está naquilo que chamamos de si mesmo. Prefiro pensar com Michel Serres que tudo é mestiço, com Guimarães que tudo é misturado, até o Demo tendo parte com o divino e até Deus tendo parte com o diabo. A oposição entre racionalistas e irracionais é uma dessas oposições cômodas, porque cria campos binários e opostos, onde amigos e inimigos devem se postar numa luta que prevê, no final, a derrota e o silenciamento do outro, da voz diferente e discordante. O germe do autoritarismo e da intolerância que aí está presente é indisfarçável. Além de que, desde a obra de Sigmund Freud, aprendemos que em todas as nossas racionalizações operam irracionalidades, que a consciência humana jamais poderá ser plena – grande sonho iluminista e hegeliano-marxista –, que o inconsciente opera nas estruturas mais fundamentais de qualquer ordem humana e social, aliás a maioria delas, como dizia o próprio Marx, nos escapa à consciência e à racionalidade. Me parece no mínimo especioso que um trabalho historiográfico, um trabalho acadêmico de História possa ser irracionalista, quando ele é, em grande parte de suas operações, um empreendimento racional, embora as irracionalidades não deixem de aí operar. Considero que quando se atira a pecha de irracionalista em alguma obra ou autor, quem assim age apenas não está de acordo com a racionalidade, porque ela é plural, a Razão se diz e se pratica de distintas formas, dependendo dos contextos sociais, culturais e históricos que esta obra e este autor representam. Acho que essas pretensas rivalidades entre paradigmas é outro nome para outras rivalidades, bem mais concretas, aquelas que separam os intelectuais em torno de interesses políticos, em torno de concepções ideológicas, em torno de disputas por espaços de poder e recursos no âmbito das instituições em que trabalham, para rivalidades, inclusive, no plano pessoal.

Você é um dos poucos historiadores brasileiros a tecer duras críticas a Thompson, como no caso do seu artigo “por uma leitura ‘safada’ de E. P. Thompson”. Você acredita que haja uma postura de sacralização do marxista inglês na historiografia brasileira?

Como somos uma sociedade em que as subjetividades são produzidas sobre o impacto constante e prematuro do pensamento religioso cristão, parece que temos uma tendência à sacralização e à idolatria. Estranhamente a universidade, no Brasil, tende a ser um lugar difícil para o debate livre de ideias. Temos uma cultura acadêmica também profundamente marcada por anos de exercício autoritário do poder no interior de nossas instituições. Torna-se difícil a aceitação da troca cortês e incisiva de opiniões contrárias, que suponho ser um elemento importante na constituição de uma vivência de relações democráticas. Todo debate acadêmico tende a desandar para a troca de desaforos, quando não de sopapos, entre aqueles que possuem opiniões divergentes. O debate historiográfico não é uma exceção nisso, tende a ser baseado em adjetivos desqualificadores do autor das ideias e não no combate, através de argumentos, às próprias formas de pensamento, aos próprios conceitos e aos argumentos contrários. Sendo uma sociedade ainda muito marcada pelo personalismo, pelas antipatias e amores pessoais, o debate acadêmico entre nós tende a opor pessoas e não ideias ou teorias. Este tipo de estratégia retórica utilizada com frequência no debate historiográfico brasileiro é aquela que Aristóteles chamou de argumentação *ad hominen*, ou seja, aquela estratégia que visa minar o prestígio social das ideias, minando o prestígio social do autor delas, assacando contra ele suspeitas morais, ideológicas e até pessoais. Por usar constantemente em suas obras desta estratégia de ataque a que chama literalmente de “seus inimigos” é que o historiador Carlo Ginzburg tem enorme audiência entre nós e é levado a sério quando se trata de fazer crítica historiográfica. Nunca deixo de reconhecer o valor que têm as obras tanto de Ginzburg quanto de Thompson, elas exerceram um caráter libertador para mim em relação à tradição mais estruturalista do marxismo em que me formei, mas procuro exercer a crítica às suas obras, sem que para isso apele à tentativa de desqualificação pessoal, sem que apele ao ataque de suas biografias, por muitos aspectos respeitáveis. Procuro, a partir da forma como entendo e pratico o ofício do historiador, a partir de meu lugar de fala, a partir de minhas convicções, discutir conceitos, procedimentos metodológicos, concepções teóricas que estão presentes naquilo que escreveram, sem que para isso aconselhe ninguém a esquecê-los, a não ler as suas obras, sem considerá-los inimigos ou pragas e pestes das quais se deve manter distância,

mas pelo contrário, procurando mostrar que é justamente por serem muito importantes, que devem ser discutidos e problematizados. A sacralização, tema do doutorado do meu querido e saudoso Alcir Lenharo, é muito cômoda porque ela dispensa o trabalho de pensar, de se afastar criticamente daquilo que conforma o teu próprio pensamento. Infelizmente no Brasil, os autores são tomados como padroeiros de dadas igrejinhas, que devem ser defendidos a todo custo. Muitos trabalhos de grande qualidade foram produzidos sob a inspiração thompsiana, talvez outro tanto de qualidade duvidosa também o foi; o mesmo ocorre com Foucault, com Elias, com Benjamin, com Marx etc. Por isso mesmo a crítica deve ser exercida permanentemente.

Os historiadores são muitas vezes acusados de ser avessos à teoria ou, no mínimo, de não dar a ela a atenção merecida, lançando mão dos mais diversos conceitos de outros campos do saber de forma descompromissada e muitas vezes intuitiva - o que lhes rendeu muitas vezes a pecha de ecléticos e empiricistas. Quão corretas são essas afirmações e qual a importância da teoria para o fazer historiográfico?

Somos um campo onde efetivamente a tradição de reflexão teórica deixa muito a desejar. Como em grande medida lidamos com o cotidiano das pessoas, manipulamos os conceitos com os quais apreendemos e lidamos com o mundo todos os dias, achamos que não precisamos de reflexão teórica em nosso campo. Há historiadores de grande respeito e nome em nosso meio que dizem textualmente que “História não tem teoria”, querendo dizer possivelmente que o saber histórico não precisa de teoria, embora na própria vida social, portanto, no próprio acontecer da História há teoria, pois há linguagem, pois há conceitos, pois há ideias, noções, categorias, através das quais instituímos, classificamos, ordenamos, significamos as coisas e as pessoas no mundo. O saber histórico, mesmo aquele que se proponha mais empiricista - e há certa tendência de exibir o empiricismo como um apanágio e quase um atributo superior por dados historiadores -, lida com conceitos, que estruturam e atravessam a ordem social que analisa. O que estes historiadores ditos empiricistas ou ateóricos fazem é lidar com os conceitos como se eles fossem as coisas, é confundir o plano do conceito com o plano da realidade empírica: tratam os conceitos como se fossem obviedades que atravessam os tempos e que sempre tiveram a mesma existência. O problema é que tendemos a achar, e os alunos de História pensam muito assim, que conceito é uma palavra estranha, exótica, complicada, saída das páginas de

um autor, da qual você precisa memorizar a definição e procurar aplicar a realidade que você vai estudar. Quando o mundo em que vivemos como humanos é mediado por conceitos com os quais organizamos a própria vida social: alto e baixo, pequeno e grande, bonito e feio, claro e escuro, certo e errado, centro e periferia, importante e sem importância, magro e gordo, direita e esquerda, são conceitos fundamentais na estruturação da ordem social e têm história, nem sempre foram pensados e vividos da mesma maneira, são elaborações culturais, sociais e históricas. Por isso, os historiadores não podem escapar dos conceitos, sem eles não conseguirão narrar a vida social. O que fazem, ao não ter consciência de que lidam com conceitos, é terminar por utilizar as concepções vigentes em seu tempo e em sua cultura para falar de outros tempo e de outras culturas, cometendo anacronismos e inadequações conceituais. Reinhart Koselleck chama atenção para a necessária abordagem da semântica dos tempos históricos, ou seja, os historiadores devem saber que a realidade para os homens é construída mediante o uso da linguagem, cada temporalidade tem o seu vocabulário, com sentidos e significados próprios. É muito comum que o historiador da escravidão ache que escravo não é um conceito, ele é um sujeito óbvio, um ser empírico acessado imediatamente por esta palavra. Como se o termo escravo não tivesse uma historicidade nele incrustado, como se este termo não fosse constituído e recoberto por camadas de significações que devem ser analisadas e historicizadas, nem sempre ser escravo significou a mesma coisa ou dotou o corpo que veio ocupar este lugar de sujeito dos mesmos valores e atributos. Ao se lidar com o escravo e escravidão, está-se lidando com conceitos, assim como ao se lidar com família, com parentela, com oligarquia, com guerra, com paz, com bárbaro e civilizado, com negro ou com indígena. Por isso não só a história enquanto processo tem conceitos, como a historiografia enquanto análise, compreensão e interpretação desse processo necessita de um olhar teoricamente orientado, um olhar capaz de discernir conceitos e de exercer a crítica aos sentidos que os conceitos que significam um dado evento do passado lhe impõem. Isso não significa precisar escrever um texto xaroposo em que a cada frase topamos com a citação de algum conceito extraído de um dado autor, isto é mera insegurança daquele que escreve, a teoria enforma o próprio texto, sem que precise ser explicitada a todo tempo.

No último ano foi eleita uma nova diretoria para Anpuh, tendo você - membro de uma universidade nordestina e de pós-graduação recente - como presidente. Quais os seus projetos à frente da Associação Nacional de História, e como você entende que deve ser a participação da Anpuh nos debates contemporâneos, como por exemplo o da regulamentação da profissão de historiador?

Minha vida acadêmica e pessoal tem sido dedicada ao combate a todos os regionalismos, a todas as formas de identidade nacional, regional, espacial, de gênero, que alimentam preconceitos e dissensões entre os humanos. Embora de fato seja o primeiro historiador brasileiro nascido no nordeste a ocupar a presidência da Anpuh, não considero que lá estou por ser nordestino, e minha luta é para que isto não seja um dado relevante na hora de se escolher um presidente para nossa entidade. Por isso não assumo esse lugar de nordestino, não sou um representante do nordeste na Anpuh, sou um representante dos historiadores brasileiros, de qualquer local, cidade, Estado, condição de classe, renda, gênero, etnia, grupo étnico, opção sexual, corrente teórica ou posição política, embora tenha meu lugar particular e seja condicionado por ele em cada um destes aspectos. Eu julgo que fui escolhido presidente da Anpuh por minha trajetória acadêmica, ética e política na universidade brasileira, pela avaliação que meus pares fazem de meu trabalho e não porque sou nordestino, branco, de olho verde, gay, calvo, alto ou por ser torcedor do time do Palmeiras. Luto para que um dia sejam tantos os nordestinos, nortistas, sulistas que tenham estado à frente de nossa entidade profissional, que isso nem seja lembrado. Acho que o fato de ser o primeiro nordestino a presidir a Anpuh em quase cinquenta anos de sua existência é um dado preocupante, sobre o qual se deve refletir e não comemorar, embora tenha ficado muito feliz e lisonjeado com minha eleição. E creio que se alcancei este posto foi justamente por ter desde cedo me negado a assumir o regionalismo nordestino, o lugar de sujeito complexado, que se acha menor, menos competente, incapaz de conseguir qualquer coisa quando em competição com os profissionais de outras regiões do país, notadamente do sul e do sudeste. Até porque fui formado e sou produto também da própria universidade brasileira sediada em um estado do sudeste, como é comum entre muitos profissionais nascidos no nordeste. Nunca introjetei o complexo de inferioridade a que leva o discurso regionalista nordestino, nunca me considerei nem pior, nem melhor que ninguém por ter nascido nas faldas da serra da Borborema, na Paraíba e fiz do preconceito que vivenciei dentro e fora da universidade tema de estudo e de reflexão. Eu respeito e admiro meus colegas pelo trabalho que fazem, pela qualidade do

que produzem, pelas pessoas que são, independentemente de onde tenham nascido e espero ser tratado da mesma forma.

Faço parte de uma diretoria, não trabalho sozinho, e ela se compõe de pessoas de distintos lugares do Brasil. Temos tido uma convivência bastante afetuosa e harmônica. Traçamos um plano de trabalho que vem sendo executado e que tem as seguintes diretrizes: organização administrativa e financeira da entidade, incluindo a institucionalização das Seções Regionais; instauração de uma comunicação mais permanente e o partilhamento das decisões da entidade com as Regionais; preparação das atividades de comemoração dos cinquenta anos da entidade; reformulação da *Revista Brasileira de História* tal como definida no Simpósio Nacional de Fortaleza, da *História Hoje*, do *Boletim Informativo* e do site da entidade, com o oferecimento de novos serviços aos nossos associados; continuidade das atividades do Fórum de Pós-Graduação e realização dos Fóruns de Graduação; partilhamento com outras entidades da área de Ciências Humanas de decisões que afetem a todas; continuidade da luta pela regulamentação da profissão, tal como definida pela entidade nos momentos em que o tema foi discutido; realização de uma campanha nacional de filiação à entidade, dentre outras iniciativas.

Embora o curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte seja recente, eu já atuo na pós-graduação desde que era professor da Universidade Federal da Paraíba, há quase vinte anos. Sou professor colaborador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco desde 1994, este ano completei uma centena de orientações concluídas entre a graduação e a pós-graduação. A presidência da Anpuh é um cargo de natureza política, embora a sua reputação acadêmica conte bastante na hora de seus colegas lhe elegerem, e creio que o fato de estar ligado a um Programa de Pós-Graduação em fase de consolidação não deve ter nenhuma interferência na escolha de um dirigente para nossa entidade.

Acompanhamos, na mídia, uma longa polêmica em torno do Plano Nacional de Direitos Humanos apresentado pelo Governo Federal. Esse plano toca em temas polêmicos que, propositadamente ou não, têm sido mal interpretados por setores ligados principalmente (mas não somente) às empresas de comunicação. Está em jogo não só a abertura dos arquivos da ditadura, mas a relação da sociedade com sua memória e a disputa pela implementação de políticas públicas a partir desse conflito. Seria esse um território também do historiador? Qual postura, enquanto sujeito político, o historiador deve adotar e qual a sua posição pessoal?

A luta pela regulamentação da profissão está articulada à busca da melhoria da qualidade do ensino, evitando que profissionais sem a devida qualificação possam ministrar aulas de História, assim como a luta pela cidadania que tem no direito à memória um de seus elementos. O cidadão, para poder se situar no presente, poder exercer seu papel como agente político, social e cultural, necessita conhecer o seu passado, estabelecendo com ele uma relação mediada pela crítica - este papel é destinado socialmente ao historiador, é para isso e por isso que nossa profissão existe. O direito à memória, o direito a uma relação problematizadora com o passado é que faz do historiador um profissional indispensável à sociedade contemporânea e que exige que sua profissão seja reconhecida, institucionalizada e tratada com o devido reconhecimento legal e social. O historiador deve ser um militante na luta pela abertura de todos os arquivos, na luta pelo direito à informação, o que não significa ser ingênuo e achar que tanto a memória como o arquivo não estejam sujeitos a conflitos, disputas de poder, a lutas sociais e políticas. Todas as sociedades são atravessadas por políticas e polícias dos arquivos e das memórias, daí porque nossa atividade é, por definição, de natureza política. Ser historiador implica tomar posição diante dos arquivos e das memórias, significa também se posicionar em torno do que se deve ou não lembrar, sobre o que se deve ou não esquecer, sobre o que se deve arquivar, comemorar, monumentalizar, guardar ou destruir. Tudo que se refere ao caráter temporal das coisas, tudo que se refere à historicidade é território do historiador. Território amplo e sempre em ampliação mas, por isso mesmo, território conflituoso, perigoso, minado por todas as disputas e por todos os afrontamentos que atravessam o presente, afinal, é ele que dirige nosso olhar sobre o passado.

A partir dos anos oitenta mudou o perfil dos professores universitários de História, graças entre outras coisas à profissionalização do historiador. A pesquisa tem aumentado vertiginosamente, assim como o número de programas de pós-graduação, temos também doutores cada vez mais jovens. Mas será que o aumento da produtividade está acompanhado da melhoria da qualidade? Como você vê o andamento da pesquisa em História no Brasil? Como você vê os currículos de graduação e de pós-graduação, e que ensino e pesquisa são esses?

Posso afirmar como membro que fui, durante os últimos três anos, do Comitê Assessor da área de História no CNPq, que no Brasil temos historiadores da melhor qualidade. Produzimos uma historiografia que não fica a dever em vitalidade, atualização, rigor, criatividade a nenhuma historiografia no mundo. Infelizmente pesa contra nós o fato de escrevermos numa língua que é pouco acessível para a maioria dos especialistas em nossa área em outros países, motivo maior de se ter decidido publicar a *Revista Brasileira de História*, o principal periódico da área no país, também em língua inglesa. Mas não é mera coincidência que grandes nomes da historiografia mundial vêm com frequência ao Brasil, que nossos historiadores começam a ser referenciados internacionalmente. O que faz a riqueza da nossa historiografia é o mesmo que faz a riqueza da cultura de nosso país, sua diversidade temática, teórica e metodológica, a pluralidade e diversidade regional e institucional de nossas produções. É inegável que caminhamos para uma preocupante massificação e aligeiramento da Pós-Graduação, que em dados concursos para ingresso na carreira universitária nos espantamos com o despreparo e a falta de erudição de alguns de nossos doutores. Temos muita coisa boa sendo produzida na pesquisa histórica brasileira, como existe muito de repetitivo e pouco criativo, pouco rigoroso, que não creio ser uma especificidade nossa, creio ser um fenômeno comum a todas as sociedades onde esta massificação da formação pós-graduada aconteceu. É inegável que o nível de nossa educação básica, fundamental e média ainda é um óbice para que tenhamos nas universidades alunos melhor formados e preparados. O estado precário de muitos de nossos arquivos e de nossas instituições de guarda ainda se constitui num obstáculo à pesquisa histórica em nosso país. Creio que as constantes mudanças curriculares em nossa área não resultaram ainda no abandono de uma visão eurocêntrica da História, ainda não ultrapassamos a visão disciplinar, a clássica noção da temporalidade linear e a divisão entre História das civilizações e História nacional. A tímida introdução de conteúdos sobre a África, sobre a Ásia e sobre a América ainda

não implicou numa mudança de paradigma no ensino da História. Nesse sentido, a Pós-Graduação se apresenta em nossa área muito mais aberta à inovação e à criatividade. O processo de desconcentração regional dos cursos de Pós-Graduação em nossa área, incentivado pelo governo federal nos últimos oito anos, fizeram com que saltássemos de vinte e quatro para cinquenta e cinco cursos de formação pós-graduada em História, com cursos presentes em todas as regiões do país, inclusive no interior dos Estados. Penso que o progressivo amadurecimento destes cursos e a inevitável emulação e colaboração que haverá entre eles permitirá termos uma historiografia de perfil ainda mais diversificado e múltiplo.